



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORES PF-UFES

PARECER N.º. 337/2017/ PROC-UFES/ PFUFES/ PGF/ AGU

NUP: 23068.024973/2013-88

INTERESSADOS: SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SUPECC UFES

ASSUNTOS: ATIVIDADE MEIO

EMENTA: TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA. LEI N.º. 8.666/93.

Senhora Pró-Reitora de Administração,

1. Trata-se de análise da minuta do *Sexto* Termo Aditivo (fls. 395/*verso*), referente ao Contrato n.º 78/2014, celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA – FEST, que tem por objeto prorrogar sua vigência contratual de 30/06/2017 até 30/12/2017, conforme *Cláusula Primeira - Do Objeto*.

2. Ressalta-se que o Contrato supracitado (fls. 95/100) tem por objeto a Prestação de Apoio por parte da CONTRATADA ao Projeto de “Desenvolvimento institucional das atividades integradas de cultura e comunicação da UFES”.

3. Verifica-se às fls. 393 documento que apresenta as devidas justificativas à solicitação do Aditivo ao referido Contrato – conforme prevê o §2º do art. 57 da Lei 8.666/93 – *parcialmente transcrito*:

“[...] Considerando o esgotamento do prazo de vigência do presente contrato e a existência de saldo para a continuidade do projeto [...], considerando:

- a) Continuidade dos projetos nos espaços culturais: teatro, cinema, galeria de artes e livraria;
- b) Necessidade de suporte aos serviços de bilheteria automatizados do cinema e do teatro;
- c) Assegurar serviços de produção artística realizadas nos quatro *campi* da Ufes;
- d) Por haver recursos de descentralização de crédito do Ministério da Cultura a serem recebidos.”

4. Observa-se que a FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente, conforme precípuo o art. 1º de seu Estatuto.

5. A Fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão. Desta feita, a prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste qualquer interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, no termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto n.º 5.205/2004.

6. Vem a calhar neste contexto a as lições da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que conceitua fundações instituídas pelo Poder Público como sendo:

"... o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei."

7. Quanto à hipótese de prorrogação, verifica-se o enquadramento na *Cláusula Segunda – Da Vigência* (fls. 95), bem como no art. 57, §1º, IV, da Lei 8.666/93, *in verbis*:



"CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogado** caso haja necessidade de dilação do prazo de execução do projeto, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela Administração, conforme artigo 57 da Lei nº 8.666/93, inciso IV, § 1º e 2º."

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo: [...]

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;"

8. Ressalta-se que a Procuradoria Federal não detém conhecimento técnico ou competência para aferir a totalidade dos dados insertos, alertando que compete exclusivamente à área técnica do Departamento de Contratos e Convênios verificar, com precisão, se as informações atendem aos interesses do Projeto e à própria Universidade.

9. ISTO POSTO, analisando a minuta proposta, verifiquei a sua conformidade com a legislação aplicável, motivo pelo qual **NÃO vislumbro óbice jurídico à assinatura do Termo Aditivo** (fls. 395/verso).

Este é o entendimento jurídico que submeto à Vossa Senhoria para sua decisão.

Vitória, 12 de junho de 2017.

FRANCISCO VIEIRA LIMA NETO
PROCURADOR FEDERAL
SIAPE 0.298.168 - OAB/ES 4.619

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068024973201388 e da chave de acesso d7ca5edb

De acordo

Em 19/06/17

Teresa Cristina Janes Carneiro
Teresa Cristina Janes Carneiro
Pró-Reitora de Administração
UFES